

## Gerações de uma história: disputas pela produção da memória local

**Antonio Fernando Cordeiro Guedes Junior**

Mestrando PPGH – UFRN

O objetivo deste trabalho é problematizar as funções sociais da História e suas utilizações buscando contribuir para a compreensão de como a memória e a escrita da história são frutos do trabalho constante das sociedades que as engendram. Estudar sobre a produção da memória e da historiografia bem como a função da história sobre esses episódios, entendendo-os como espaços específicos de disputas trazendo novas reflexões sobre as funções sociais destas memórias. Para isto pensamos o caso específico da produção historiográfica paraibana, notadamente a disputa em torno da Memória e da História de João Pessoa.

**Palavras Chave:** Historiografia. Memória. João Pessoa.

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado *Parahyba ou João Pessoa: um estudo sobre a função social da História* onde, entre outras discussões, refletimos sobre as disputas pela produção da memória local. Assim, para entendermos as disputas pela produção da historiografia paraibana, procuramos partir do Instituto Histórico Geográfico Paraibano por entendermos que o IHGP e seus fundadores foram os primeiros “historiadores” a se preocuparem com a sistematização da História local, sua preservação e difusão.

Acreditamos ser pertinente este momento da historiografia porque para muitos, e, notadamente para os próprios, o IHGP e sua produção foi um divisor de águas: antes não havia História da Paraíba, só a partir deste momento é que começa a existir, começa a historiografia paraibana. (DIAS, 1996)

A historiografia produzida entre 1909 e 1928, notadamente nos seis primeiros volumes da revista do IGHP é um momento singular da construção da História Local. A partir desse instituto se constrói um passado que dá referência a um povo. Esse estudo foi promovido pela historiadora Margarida Maria Dias de Oliveira em *Intrepida Ab Origine* e, como a própria se referiu naquela altura: “É portanto, para explicitar esta historiografia como parte de um projeto específico de concepção de história paraibana” (DIAS:1996, p.16)

*Intrepida Ab Origine* é uma obra da historiografia paraibana de caráter crítico com a produção historiográfica dominante, que visou a perpetuação de uma memória com um consenso sobre o passado. Além disso, o legado deixado pelo IHGP e a atuação dos

seus membros no nosso percurso, possuem relevância na medida em que são revisitados dentro das conveniências de cada contexto.

A historiografia produzida pelo IHGP no período estudado na obra é caracterizada como uma historiografia factualista, que narra o fato por si mesmo, estando desvinculado das relações sociais do qual o mesmo é componente. Uma História predominantemente masculina, que

encarnando essa ideologia do progresso, os historiadores do século XIX dividiram-se, uns procurando explicar o presente através do passado, outros estabelecendo o inventário dos acontecimentos que conduziram ao presente, com essa história fatural banalizando o acontecimento atual, visto que, assim que é enunciado, torna-se passado (FERRO, 1989, p.110).

O legado do IHGP ainda pode ser encontrado hoje, onde seu modo de escrever História teve sua continuidade garantida pelo mesmo e por pessoas ligadas, além de bacharéis, médicos, autodidatas que fazem uso de um “estilo” de escrever História caracterizada pela repetição, pela parcialidade fanática restrita aos “grandes sujeitos” da História. Esse legado é acionado sempre que convém aos atuais dentro da disputa pela História e, conseqüentemente pela historiografia.

Não é demais lembrar que o IHGP foi fundado com base no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Esse, em 1838, surgiu com a responsabilidade de sistematizar a História do Brasil e, através disto, promover a identidade da nação. O IHGB, portanto, marcaria a passagem de um “Brasil sem História” para um “Brasil com História”. Muito podemos lembrar-nos de Manoel Luis Salgado Guimarães, em *Nação e civilização nos trópicos*, quando trata do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. Segundo o autor, trata-se de precisar como esta historiografia definirá a Nação brasileira e lhe dará uma identidade para atuar em caráter interno e externo.

Assim, estamos em um momento em que o discurso historiográfico ganha autoridade, onde o “historiador” passa a ser reconhecido como um pesquisador da produção científica. Estes eleitos, entretanto, são de uma estirpe de notáveis, marcadamente elitistas, herdeiros de uma tradição do século XIX. Ocupam o topo de uma pirâmide e, de seu posto, são responsáveis pelo esclarecimento de toda a sociedade.

Aqui talvez seja pertinente nos lembrarmos de Norberto Bobbio, em *Os intelectuais e o poder*, onde infere uma importante reflexão sobre o papel dos intelectuais em nossa sociedade, ao dizer que

sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais,

dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante) (BOBBIO, 1997, p.11).

A constituição do IHGB, majoritariamente, era de burocratas que, de maneira homogênea, tinham tido educação nas universidades de Coimbra e Lisboa. É, portanto, com este modelo que o IHGP é pensado, com objetivo essencial de produzir Histórias regionais e catalogar fontes para submissão ao IHGB para, assim, contribuir para a historiografia geral do país.

Apesar disto, o IHGP só foi fundado em 1905 e seus fundadores possuíam grandes semelhanças com os fundadores do IHGB: possuíam cargos públicos e/ou burocráticos e tinham formação proveniente do Liceu Paraibano e/ou na faculdade de Direito de Recife. Estavam no IHGP: políticos, juristas, professores e profissionais liberais mais importantes do Estado.

Ocuparam cargos políticos chaves na política paraibana. Foram presidentes, vice-presidentes do Estado, deputados, senadores, conselheiros municipais. Suas atividades econômicas eram tão secundárias que quase não são explicitadas nas respectivas biografias. Profissionalmente, eram médicos, militares, jornalistas. Tiveram atuação importante na imprensa local. Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba. (DIAS: 1996, p. 36)

Gostaríamos de chamar atenção que, neste momento, não há ainda um especialista nos estudos históricos, o historiador propriamente dito. Assim sendo, a função do historiador era exercida por outros profissionais que, por estarem em um lugar de fala como o IHGP, tinham propriedade para efetuar a produção da História local.

Margarida Dias ressalta que além dos objetivos já explicitados acima, o IHGP mostrava a relevância da escrita da História da Paraíba feita por paraibanos e assim se proclamavam como marco histórico e fundador de uma historiografia paraibana. A autora assim cita o volume I da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1909) na página 90:

Quando amanhã, na plena exuberância de uma vitalidade inexaurível, o Instituto Histórico, revestido das galas de repetidos triunfos, compulsar as crônicas apoucadas que ora lhe legamos, conhecerá bem a extensão do seu merecimento em ter feito sahir do nada o movimento perenne da grandeza parahibana.

Outro ponto importante o qual não podemos deixar de registrar é o vínculo do IHGP com o próprio Estado. Na comissão que formou o instituto tínhamos o presidente de Estado Álvaro Machado. Observa-se, portanto, que o IHGP, desde a sua criação, possuía

estreita ligação com o Estado que lhe forneceu toda infraestrutura necessária para instalação, que passou desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhes davam as condições para efetuar as pesquisas históricas e geográficas, tais como visitas, organização de fontes e a publicação da revista do Instituto, garantindo assim a possibilidade do IHGP alcançar seus objetivos.

Desta maneira, o Estado assegura ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano a posse da produção da historiografia paraibana até a fundação da Universidade Federal da Paraíba. A partir daí abria-se o caminho para “escrever a história, catalogar as fontes, juntar todo o material possível que servisse para glorificar o passado – era esse o sentido exato das iniciativas” (DIAS, 1996, p. 39).

Partindo de uma inexistência da História da Paraíba ou, como se referiu Margarida Dias, “mais do que a inexistência, o desconhecimento da história”, a prioridade inicial era o cadastramento de arquivos, o reconhecimento dos documentos, as escavações arqueológicas. Dessa maneira iniciava-se um trabalho de preservação da memória sem precedentes no Estado, “a eles caberia o trabalho de catalogação das fontes e reconstituição do processo histórico, para depois, seus seguidores, na posteridade, escreverem a história” (DIAS, 1996, p. 40).

Criava-se um local de produção do conhecimento, uma atividade sem tradição local. Apesar das dificuldades iniciais, foi o caráter oficial do IHGP que lhe logrou, paulatinamente, o *status* de foco de produção historiográfica, transformando-o em lócus da História da Paraíba. Para Margarida Dias, o Instituto Histórico cumpre com a tarefa que se propôs: escrever a História da Paraíba, lançar as bases da historiografia paraibana.

Fazia parte do projeto do Instituto Histórico - para a construção de uma geração de uma História - a necessidade de reunir pessoas para recordação dos fatos ou para eternizá-los. Isolando o fato, destacando-o como digno de recordação, de comemoração, de rememoração e, conseqüentemente, de inclusão na historiografia, se faz o primeiro mapeamento do processo histórico paraibano. O IHGP buscou realizar a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se propunha definir para a Paraíba.

Os desdobramentos de 1930 são extremamente importantes para se observar as disputas, não só políticas, mas também aquelas que perpassam nosso campo. José Luciano Aires em *Inventando tradições, construindo memórias*, defende que a construção da memória foi mitificada em torno de João Pessoa, inventando-se uma tradição apelativa a seu nome, onde havia dois objetivos: legitimar o golpe de Estado da Aliança Liberal e legitimar também o Estado que se estrutura como consequência.

A partir do assassinato de João Pessoa foi se forjando uma atmosfera mítica em torno de seu nome. No imaginário social e coletivo era “santo”, “herói” e “mártir”. Àqueles que construíram esta imagem o dava como exemplo a ser seguido, incutindo a ideia de paraibano bravo e resistente. O culto a João Pessoa é anual, através das comemorações cívicas do dia 26 de Julho, data da sua morte. Após a morte de João Pessoa, foi empreendida uma grande leva de ações para o engajamento desta memória na sociedade. Não podemos esquecer também que há toda uma disputa política de cunho nacional.

Em decorrência de 1930, João Pessoa passou a denominar ruas, praças e avenidas por todo o país, extrapolando o estado da Paraíba, ganhando simbologia nacional como ícone da Aliança Liberal.

A historiografia oficial constrói uma ideia de complô por parte de João Dantas, Augusto Moreira Caldas, João Suassuna e outros para assassinar João Pessoa, tendo sido pego covardemente, sem direito a defesa. Isso assenta a ideia de martirização. Esta mesma historiografia torna consensual a influência da morte de João Pessoa para o êxito do movimento de 1930.

Foi grande a quantidade de projetos de leis e a rapidez com que a Assembleia Legislativa da Paraíba buscou constituir a memória de João Pessoa. Entre 7 de Agosto e 20 de Setembro de 1930 foram instituídos: feriados, pensão aos filhos de João Pessoa, criação de monumentos, a mudança no nome da capital, criação de nova bandeira estadual entre outros.

A repercussão, entretanto, é nacional. A morte de João Pessoa é utilizada como munição para a retomada dos planos ditos golpistas. Para se ter uma ideia, segundo pesquisa promovida por Aires (2006), feita junto as Empresas de Correios e Telégrafos, das 26 capitais brasileiras, em apenas sete não se encontra alguma referência de rua com o nome do ex-presidente João Pessoa. Assim,

a construção da memória de João Pessoa, confundindo-se com a memória da “Revolução de 1930”, seria exaustivamente elaborada. Em nosso entendimento, entre o assassinato do presidente e a eclosão do movimento de 1930, ocorreu um primeiro movimento dessa memória, com vistas a preparar a legitimação do golpe. Em seguida, ocorreu um segundo movimento, em que a apropriação da memória objetivou a legitimação do Estado e do grupo no poder que, então, vai se configurando e se vale da memória como recurso nesse sentido (AIRES, 2006, p. 22).

Um debate importante para nós é que esse mesmo autor levanta sobre a mudança do nome da capital. Aires (2006), no já referido trabalho, reflete sobre a criação do caos na cidade para a mudança. A efervescência social, a população agitada, era importante

para dar seguimento às transformações. A historiografia paraibana tradicional trata da participação popular na Assembleia Legislativa, para votação dos projetos de leis já mencionados anteriormente, entretanto a direção das mudanças vinha dos ditos intelectuais dos grupos dirigentes.

O fato da multidão estar nas ruas não representava comando do processo de institucionalização dos *lugares de memória*; o povo formava o ambiente adequado para os planos do golpe urdidos pela sociedade política e era cooptado, para apoiar os planos dessa última (AIRES, 2006, p.34).

Da mesma maneira, e de igual importância para nosso estudo, é com relação à bandeira do Estado. Muito se tem discutido se o “nego” foi dito ou se foi um posicionamento e a sua utilização para a imortalização do sangue e do luto. O fato é que a bandeira também é símbolo oficial do movimento de 1930 e da vitória dos liberais.

Foi um momento em que a oposição teria se sentido acuada pelos desdobramentos do movimento na Paraíba. Na Assembleia Legislativa, a maioria dos deputados perrepistas não comparecia as sessões e, este também foi motivo pela vitória massificada de projetos em memória de João Pessoa. O contexto impossibilitava um contra movimento que buscasse impedir a coerção e a dita violência da instauração de uma ruptura memorialista.

Segundo Aires (2006), antes da morte de João Pessoa existia preparativo para uma manifestação do “nego”. Havia sido confeccionadas 15 mil bandeiras vermelhas com a inscrição “nego”. O vermelho seria referente a cor da Aliança Liberal. Nesse contexto, há uma apropriação de uma bandeira pré-existente que não dizia respeito diretamente ao ex-presidente, mas a causa maior que era a Aliança. Diante dos acontecimentos, entretanto, há uma ressignificação e apropriação para simbologia de uma pessoa, pois o encarnado, símbolo político da Aliança, passa a ser o sangue de João Pessoa. Isso nos permite afirmar que

a bandeira antiga era o passado enquanto a bandeira nova era o futuro. O passado precisava ser riscado do mapa, representava o “perrepismo” no poder, ao passo que o futuro deveria ser construído o mais breve possível, era a “revolução” e os “liberais” no poder. Dessa forma, a inscrição “5 de outubro de 1585” foi suprimida do projeto da nova bandeira para sobreviver, através do Négo, apenas o “29 de julho de 1929”, dando mais vivacidade aos novos tempos, construindo um novo fato fundante para a História da Paraíba (AIRES, 2006, p. 49).

A historiografia paraibana tratou de socializar tudo isso como algo coletivo. A materialização das narrativas historiográficas foi elaborada pelas mãos de uma elite intelectual que era ligada ao poder estatal. Como já inferimos anteriormente, a única

instituição responsável por escrever a História da Paraíba, de maneira sistemática, neste momento, era o Instituto Histórico.

Durante muito tempo o IHGP foi questionado de seu envolvimento político nas suas produções, mas em se tratando dos desdobramentos de 1930, seus representantes alegavam que não se tratava mais de assunto político, pois a morte de João Pessoa era fato histórico. Não precisamos aqui refutar tal argumento, pois já esclarecemos antes que o Instituto Histórico possuía sim vínculos indiscutíveis com o governo do Estado.

Entre 1930 e 1945 a “Revolução de 1930” passou a ser objeto constante na produção historiográfica do IHGP, com publicações de livros, artigos, discursos e conferências de seus intelectuais.

Muitos destes intelectuais estavam vivenciando os desdobramentos de 1930 de perto e se dedicaram a esta temática no calor dos acontecimentos, fazendo muitas vezes, a legitimidade do movimento de 1930. O discurso político e o discurso historiográfico confundem. Devemos lembrar ainda que eles participavam do governo ocupando cargos públicos e que claramente

não eram historiadores por formação. Por isso, chega a ser anacrônico cobrarmos fundamentação teórica em trabalhos elaborados por jornalistas, advogados, autodidatas. Preocupavam-se, evidentemente, em narrar a “verdadeira” história, em contemplar uma memória, materializando-a em um lugar. Entretanto, na prática, exerciam o ofício a partir do modelo oficial dos Institutos Históricos. A sua concepção de História é narrativa, linear, factual, política, biográfica, decorativa, centrada nos “heróis” como sujeitos; concepção essa que, de tanto ser produzida e reproduzida na História da História e do Ensino de História, formou subjetividades, inclusive no senso comum, do que deveria ser o objeto da ciência História (AIRES, 2006, p. 89).

Essas produções, por seu turno, são elitistas, biográficas apologéticas, maniqueístas e parciais, se pautando demasiadamente em cartas, telegramas e relatórios, que são transcritos no decorrer das narrativas a fim de provar a “verdade” dos fatos. Estamos tratando de produções historiográficas que vão dar continuidade à construção da memória oficial.

Assim, queremos demonstrar que os intelectuais ligados a Aliança Liberal tiveram espaços institucionais para a produção de seus discursos, através do Estado e do IHGP, uma vez que foram credenciados a construir tal historiografia.

Mas antes de partirmos para a fundação da Universidade Federal da Paraíba, acreditamos que seja importante contextualizarmos historicamente sua criação para que possamos ter um entendimento de seus objetivos como instituição de ensino superior e suas consequências para o curso de História.

É preciso acentuar que do século XIX aos idos do século XX possuir curso superior era sinônimo de prestígio político e de poder local. Não se trata da instrução da população paraibana, mas sim de garantir os interesses da elite local a possibilidade de formar seus filhos sem a necessidade de deslocamento para outros lugares. É claro que, a criação do ensino superior na Paraíba poderia render ao seu “padrinho” notabilidade política e social, importante para outras disputas locais.

Sendo assim, possuir curso superior no Brasil nesse momento está associado à condição social dominante, garantindo competência para o exercício de cargos na esfera pública. Com a decadência político-econômica das elites nordestinas no cenário nacional, o curso superior torna-se mantenedor de *status* da elite.

Na Primeira República, apesar do caráter excludente de sua política, se inicia um processo de transição do ensino superior no Brasil com a substituição das escolas superiores para as instituições universitárias. Essas mudanças, entretanto, são apenas tentativas isoladas, como as universidades de Manaus em 1909, a do Paraná em 1912 e a do Rio de Janeiro em 1920 (BEZERRA, 2007, p. 26).

A partir da década de 1930 temos as criações da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro em 1935. Na Paraíba a primeira instituição de ensino superior surge em 1934, trata-se da Escola de Agronomia do Nordeste, no município de Areia. Para Bezerra (2007, p. 29) isso é um

exemplo de que a criação dos cursos superiores estava vinculada a força política das oligarquias, tendo em vista que em Areia se encontrava um forte reduto dos coronéis da política paraibana. A criação da Escola de Agronomia do Nordeste teria sido, portanto, marco da fundação da Universidade da Paraíba.

Entretanto é possível verificarmos uma disputa, pois para muitos não havia necessidade da criação de cursos superiores em um Estado como a Paraíba, tido como de “pouca expressão econômica”. O vizinho Estado de Pernambuco tinha interesse em manter seu monopólio nas verbas destinadas à educação superior na região. Segundo Bezerra (2007, p. 34) isto acarretou dificuldades para o “reconhecimento das instituições na Paraíba por parte da Diretoria de Ensino Superior, ligado ao Ministério da Educação, sob argumentação da proximidade com Recife”. Era dispensável, portanto, a criação destes institutos, sem falar na falta de recursos físicos e humanos.

Outro ponto importante para nosso trabalho, também levantado por Bezerra (2007), é que o poder local apoiou a criação do ensino superior no Estado, pois com dissemos anteriormente, havia notabilidade por parte daqueles que promovessem esta conquista. Assim, além do poder local tivemos a participação de instituições representativas da



sociedade civil na criação das faculdades e escolas, tais como: Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Tribunal Regional Eleitoral, Ordem dos Advogados, Associação Médica da Paraíba, Associação Paraibana dos Cirurgiões-dentistas, Clube de Engenharia da Paraíba, Associação dos Farmacêuticos, Associação Médica de Campina Grande, Seminário Arquidiocesano, Sociedades Civis mantenedoras, Imprensa Oficial. Dessa maneira, acreditamos que o funcionamento do ensino superior na Paraíba estava comprometido com o poder local e com tais instituições.

A partir de 1947 foram criadas algumas instituições de Ensino Superior na cidade de João Pessoa, mas só em 1949 (apesar de apenas em 1952 iniciar funcionamento) foi criada pelo governo do Estado a Faculdade de Filosofia da Paraíba, que possuía os cursos de História, Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia. A Faculdade de Filosofia da Paraíba foi a primeira a manter um curso de História.

Vale lembrar que a cultura humanística era intelectualista e livresca, objetivava fornecer uma formação de cultura geral. Sua principal finalidade era preparar um pequeno grupo de “pessoas cultas” ou de “intelectuais”, de “trabalhadores da elite”, de literatos, tornando as instituições absolutamente necessárias apenas para a ilustração de alguns espíritos. Não visava a dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir, mas, simplesmente, ministrar uma educação literária. Destinava-se a transmitir aos seus seguidores a cultura greco-romana (cultura clássica), porque esta era considerada a cultura formadora, ignorando as outras culturas. Dessa forma, desprezava as profissões técnicas. (BEZERRA, 2007, p. 36)

Apesar desse fato, os cursos mais procurados eram o de Direito, Medicina e Engenharia. Não possuir universidade na capital, independentemente do Estado, era algo vergonhoso e por isto também havia o interesse dos políticos locais.

Com referência a essa questão,

fica evidente que a falta de recursos materiais, a necessidade de deslocamento a outros centros com o intuito de obter o diploma de curso superior, a possibilidade de ascensão econômica e social das classes intermediárias e a pressão causada pela necessidade de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho foram fatores que contribuíram para que providências fossem tomadas, justificando a criação da Universidade da Paraíba (BEZERRA, 2007, p. 40-41).

Na década de 1960 a política federal direcionou o país à industrialização e, para isto, necessitava-se de mão-de-obra qualificada. É neste contexto que temos a criação da Universidade Federal da Paraíba. A elite dominante e os trabalhadores se unem para apoiar a causa, embora possuíssem interesses opostos:

O que se tem de fato são duas camadas sociais bem definidas: a elite dominante, que controlava o poder político-econômico, e os trabalhadores, ambas com interesses antagônicos, mas que são favoráveis à criação da Universidade Federal da Paraíba nesse momento. A camada economicamente dominante é favorável à federalização da Universidade da Paraíba, pois seus filhos não mais seriam levados a deixar o estado em busca da conquista de um diploma de curso

superior em outro estado da federação, muito embora desconfiassem da qualidade dos cursos ofertados pela nova universidade (são várias as razões que levam a essa desconfiança, mas a principal é a falta de qualificação profissional dos professores). Enquanto isso os trabalhadores viam em um curso superior, a possibilidade de ascensão social através da qualificação profissional para o mercado de trabalho. (BEZERRA, 2007, p. 45).

Segundo o autor, portanto, a implantação e ampliação do ensino superior na Paraíba entre as décadas de 1940-1960 não teria sido para atender a população, muito menos pelo desenvolvimento do Estado, mas sim pela educação ter passado a ser vista como instrumento para ascensão social onde parte da classe média começa a ter acesso a universidade, formando professores.

De acordo com a pesquisa feita por Bezerra (2007, p. 56), nos dez primeiros anos de formação de profissionais de nível superior da Faculdade de Filosofia da Paraíba temos os seguintes números totais de concluintes por ano (incluindo os cursos de História, Geografia, Filosofia, Letras e Pedagogia):

Ano	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Concluintes	26	22	17	35	48	60	43	46	46	25

Relação dos alunos formados na Faculdade de Filosofia da Paraíba (BEZERRA, 2007).

Ainda segundo a mesma pesquisa, a produção científica da Faculdade de Filosofia entre 1952-1967 revela que a área de concentração de História era responsável por mais da metade dos trabalhos produzidos (História = 63, Geografia= 5, Filosofia=19, Letras=18 e Pedagogia=5). Percebemos, portanto, a importância da Faculdade de Filosofia para a historiografia paraibana que era dominada pelo Instituto Histórico Geográfico Paraibano até então, muito embora esta historiografia não signifique uma mudança dos padrões, pois quantitativamente é bem significativa.

Com a reforma universitária da década de 1960, tivemos a extinção da Faculdade de Filosofia da Paraíba e a criação do Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas. Apesar da reforma, a formação e, conseqüentemente a produção, continuava a ser de caráter generalista, conteudista e reprodutivista, calcada nos princípios da educação tradicional (BEZERRA, 2007).

Parecia já haver naqueles tempos (e talvez possamos observar isto hoje) a separação entre pesquisador de História e professor de História, onde este último é mero transmissor e reprodutor de conhecimentos, enquanto a pesquisa é algo mais nobre que o professorado, isso porque produz conhecimento na universidade, *locus* por excelência da produção científica.

Embora as faculdades de filosofia tenham sido criadas para formar professores para o magistério, além de formar pesquisadores e realizar pesquisas científicas, só conseguiram realizar o primeiro propósito. As investigações realizadas no presente estudo indicam que, na FAFI a prioridade era mesmo a formação de professores para o magistério (BEZERRA, 2007, p.105).

A produção historiográfica, portanto, estava a mercê de professores improvisados, muitas vezes desprovidos de qualificação e interesse pela pesquisa. Bezerra (2007, p. 106) aponta que os professores do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia geralmente eram formados em Direito ou em seminários religiosos.

Parece-nos que a nobilitação pela produção científica só começa a ganhar maior proporção quando se estabelece como critério de promoção/ascensão os títulos universitários e a produção de trabalhos científicos para a carreira docente. Além disso, é também o momento do estabelecimento, pelas universidades, de programas de aperfeiçoamento docente financiados pelo CFE, CAPES e CNPq. Assim, a produção está atrelada a ascensão profissional.

Com a Reforma Universitária, que determinou a extinção do sistema de cátedras, o cargo de Professor Titular tornou-se a função mais elevada da carreira docente. A ascensão funcional na docência universitária passou a ser valorizada dentro de uma nova estrutura, levando os professores a buscarem qualificação mediante cursos de especialização, mestrado e doutorado, possibilitando, assim, a alcançar a condição de adjunto ou titular (BEZERRA, 2007, p.115).

Aqui é importante observar uma mudança que há no ensino de História tradicional, de caráter elitista, para uma vertente marxista (crítica) e da Nova História Francesa (analítica). Estas considerações são importantes, pois vão influenciar não só o ensino de História, mas também, por efeito, a produção historiográfica entre as décadas de 1950-1970, notadamente, como também as posteriores.

Se tomarmos por base a distribuição de disciplinas do curso de História desde 1953, quando Geografia e História compunham um único curso, até 1973, após a implantação do sistema de créditos, poderemos perceber mudanças significativas que nos são importantes para compreender o contexto histórico desta produção científica.

No currículo de 1953 percebemos a proposta universalizante da estrutura curricular, pois contemplava disciplinas das duas áreas de concentração: Geografia e História. Eram quatro anos, onde o último era reservado as disciplinas pedagógicas, os três primeiros davam a titulação de bacharel, a conclusão do quarto garantia o grau de

licenciatura. Nesse contexto, a História caracterizou-se pela exposição dos fatos, pela História do indivíduo heroicizado.

A partir da separação do curso de Geografia da História, em 1958, a formação de profissionais em História passa a ser mais específica, surgindo a disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, por exemplo. Há uma mudança após os anos 1960, surgindo os primeiros estudos na área de “História do Brasil” em que os trabalhos deixam de expor fatos e passam a análises críticas, valorizando aspectos teóricos.

Após a LDB em 1961, há grande destaque para a História do Brasil como disciplina. Por consequência, tem-se o debate para a inclusão da História da Paraíba. A ideia seria desdobrar o curso de História do Brasil nos quatro anos, nele inserindo a disciplina de História da Paraíba. A mudança vem em 1973, no sistema de créditos, com o desdobramento de História do Brasil em quatro disciplinas obrigatórias, entretanto ainda não há disciplina de História da Paraíba.

Bezerra (2007, p. 133), em sua pesquisa, nos aponta ainda em 1973, o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa sobre História da Paraíba que procuravam contribuir para informação e aperfeiçoamento. Havia uma deficiência de fontes que comprometiam as pesquisas de História local, a elaboração de monografias e, conseqüentemente, o ensino especializado.

Veja que as dificuldades são evidentes para a realização de atividades de pesquisa, o que induz a afirmar que, ao longo de aproximadamente vinte e cinco anos, ou seja, desde sua criação em 1952 até a criação dos centros em 1974, o curso de História da UFPB cumpriu a função de formar professores para o ensino fundamental e médio/1º e 2º Graus, mediante enormes dificuldades, tais como: falta de bibliografia qualificada; não havia uma verba específica para a aquisição de livros; quadro de professores deficiente por falta de qualificação adequada (inclusive enfrentando o problema da polivalência); número insuficiente de professores, comprometendo o desenvolvimento acadêmico de professores e alunos, entre outros (BEZERRA, 2007, p.133).

Nessa ausência, tudo nos leva a crer que permanece o predomínio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano na produção historiográfica paraibana.

Almir Félix de Oliveira, em *Memória, História e Patrimônio* nos faz pensar sobre a instituição de memórias, seja através da ratificação ou da retificação, através da catalogação do patrimônio. Esse debate surge no Brasil com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em nível nacional. Escolhendo tais patrimônios temos a finalidade de lembrar, guardar em nossa memória, atos, fatos e pessoas que não devem ser esquecidos para perpetuação e/ou manutenção de memórias.

Em certo sentido, estabelecemos uma relação de poder entre quem notabiliza e quem aceita tais nobilitações. Assim, podemos ter a definição daquilo que será definido como referência coletiva, inclusive hierarquizando as memórias em questão. Uma deve ser produzida, pois são superiores, melhores e/ou mais importantes que tantas outras politicamente inferiores, inclusive, muitas vezes o que temos, diante de tombamentos, são as sacralizações de fatos e grandes heróis, exaltando classes vencedoras em um jogo onde várias memórias estão em disputa.

Os tombamentos criam identidades, no sentido de pertencimento ao local. Por isso a grande importância, para nós, em lançarmos esta reflexão no sentido de perceber como a memória está profundamente atrelada à preservação do patrimônio cultural. Debates, até agora, as repercussões historiográficas, no sentido de compreender as produções intelectuais da História dentro de um contexto histórico. Entretanto a historiografia não é a única maneira pela qual se estabelece uma memória e, mais que isto, se disputa memórias.

Da mesma maneira que a História escrita tem função, muitas vezes, de ratificar uma memória oficial e/ou de grupos, através da escolha do que deve ser lembrado e esquecido, assim também encontramos estas funções nos tombamentos promovidos. Não podemos esquecer-nos do caráter pedagógico que o patrimônio pode ter:

O patrimônio histórico, por ser uma produção cultural, encerra em si características que favorecem, facilitam a relação de ensino-aprendizagem por parte de quem o utiliza, por parte daqueles que o usam como fonte documental para a obtenção de conhecimentos a respeito de uma determinada época, de determinadas condições socioeconômicas de produção de determinado bem, das relações de poder (OLIVEIRA, 2010, p. 53-54).

Trata-se da construção de uma História através de monumentos históricos, onde indubitavelmente há privilégios e objetivos funcionais. Tudo isto pode ser aplicado ao nosso país, onde a perspectiva política a ser desenvolvida era que, acima de tudo, favorecesse os fatos memoráveis da História do Brasil. Surge assim, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o Decreto-Lei n. 25 de 30 de Novembro de 1937, para organizar, determinar e tomba o que era considerado patrimônio histórico e artístico para sua conservação e preservação.

O contexto, entretanto, é o de privilégio da unidade nacional, onde o Estado Novo visava o fortalecimento e a estruturação de um Estado burocraticamente centralizado. Até 1967 o SPHAN sofre pela falta de recursos, de estrutura e de pessoal especializado, tendo pela frente uma quantidade monumental de trabalho a ser realizado (OLIVEIRA, 2010).

Em nível estadual é em 31 de Março de 1971 a criação do IPHAEP, fruto do Decreto-Lei n. 5255. O objetivo era a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, compreendendo os bens de caráter histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico. Faria parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura, ficando os recursos necessários para o funcionamento sendo providos pelo Fundo Estadual de Cultura (OLIVEIRA, 2010).

Assim como o SPHAN em sua criação, o IPHAEP teve início problemático, pois a Secretaria de Educação e Cultura não possuía recursos destinados ao instituto, não possuía espaço físico para sua sede, além da falta de pessoas qualificadas e experientes no ofício. Outro entrave levantado por Almir Oliveira (2010, p.79), em sua análise do IPHAEP, é a ausência de legislação para funcionamento e embasamento das ações do órgão, apesar de ter como parâmetro a organização do agora IPHAN. Ou seja, assim como o Instituto Histórico Geográfico Paraibano tinha como base o brasileiro, o IPHAEP tinha como base o nacional.

O conselho consultivo, assim como o presidente do instituto, também foi escolhido. Segundo Almir Oliveira (2010, p.84) teria sido um conselho eclético nas formações de seus membros, como também na proposta de trabalho. O mesmo autor, em levantamento das atas de reunião, nos demonstra as preocupações já expostas acima, no tocante à falta de estrutura do Instituto, falta de carro, de material técnico e pessoal, além da inexistência de um regimento interno para dispor sobre as competências de cada setor.

Em função dessa problemática, como se resolveu o problema operacional do IPHAEP? Nossos indícios levam a crer que, da mesma maneira do IHGP, o IPHAEP ficou na dependência e, por este motivo, comprometido com o Estado. Sublinhamos isto não apenas no caráter do financiamento estatal, mas, sobretudo, da ideologia do Estado. Aqui entra um debate importante: quem dá a palavra final para o que deve e o que não deve ser tombado? Percebemos aqui um espaço para disputas. Mesmo com todas as dificuldades acima expostas, o IPHAEP cadastrou mais de 800 imóveis em seus dois primeiros anos de atividades, sendo praticamente a maioria na capital paraibana. Assim,

O papel de sacralizador, a ser desempenhado pelo Instituto, e o qual esse buscava incansavelmente nos primeiro anos de funcionamento, a partir das mais variadas propostas de tombamentos, sempre esbarrava na estrutura frágil do órgão e na falta de um amparo legal que fornecesse o poder de polícia para efetivação dos atos (OLIVEIRA, 2010, p.101).

Apenas em 1978, quatro anos depois da fundação do Instituto, é que surgiu o Decreto-Lei n. 7819 que dispunha sobre o Cadastramento e Tombamento dos Bens

Culturais, Artísticos e Históricos no Estado da Paraíba. Aqui estava a definição dos parâmetros para os tombamentos, respaldando e legitimando a atuação do IPHAEP.

Como já dito, a maioria dos tombamentos feitos nos primeiros anos de fundação do Instituto eram de bens edificados na cidade de João Pessoa. Foram bens imóveis, onde o IPHAEP produziu uma justificativa para cada tombamento, utilizando-se do jornal estatal *A União* para a divulgação. E, não menos importante, em sua grande maioria os monumentos guardam uma relação direta com uma historiografia paraibana consolidada e ratificada por organismos oficiais, ou seja, o IPHAEP veio também para resguardar a memória de personagens considerados importantes para a História da Paraíba, como o próprio João Pessoa.

Basta lembrar que o tombamento do palacete da Praça da Independência foi muito em função de ter servido de residência ao presidente João Pessoa, em razão das reformas que o Palácio da Redenção passava no período.

Um Instituto que é fundado em 1971, mas que só é instalado em 1974 não parece ter sido prioridade para o governo estadual. Remete também as dificuldades acima relatadas às quais este Instituto passou em sua trajetória.

Uma vez institucionalizado, entretanto, o IPHAEP surge como agente formal do passado, escolhendo o que seria importante para contar a História e resguardar a Memória. Os membros do Conselho Consultivo pertenciam a um grupo que tinham um lugar social, notáveis de capacidade técnica que possuíam uma concepção de mundo e uma percepção da História. Logo, estas pessoas cultas, representantes maiores de suas profissões, reconhecidos em seu *métier*, ao selecionarem os monumentos a serem tombados, o fazem de acordo com seus valores e concepções.

Os bens tombados, nos primeiros anos de atuação do IPHAEP, representam momentos marcantes da História da Paraíba segundo a produção historiográfica da época, onde se sobressaíam personalidades de “maior importância”. Ademais os estilos arquitetônicos que representavam as elites, as igrejas e os palácios do governo.

Luciano Candeia assinala outro importante ponto em *Comemoração, Memória e História no IV Centenário da Paraíba*. Aqui, sem sombra de dúvidas, tivemos mais um momento da utilização do passado para a manutenção de uma memória. Para Candeia (2002, p. 7), o IV Centenário “constitui um dos momentos de maior efervescência na produção historiográfica local.” Daí a importância de fazermos referência a esse momento.

Mesmo após a fundação da Universidade Federal da Paraíba e da historiografia por ela produzida, parece-nos que aqui os problemas de sala de aula e da historiografia persistem

Constatamos, ao longo desse tempo, que muitos professores de história da Paraíba, especialmente os que atuam nas Escolas do Ensino Médio, vivem um dilema: se, por um lado, se esforçam e são capazes de provocar boas discussões em suas respectivas salas de aula, encontram, por outro lado, uma enorme dificuldade nas indicações bibliográficas. É que, infelizmente, quase toda a escassa bibliografia de história da Paraíba dedicada ao Ensino Médio filia-se a uma matriz teórica tradicional, cujas narrativas são caracterizadas pela presença exagerada das grandes batalhas, de *négos* de homens considerados ilustres e transformados em heróis e, portanto, de narrativas que, com pretensões a verdades imutáveis e inquestionáveis, consolidam-se cada vez mais na memória social dos paraibanos. (CANDEIA, 2002, p. 8)

Nesse caso, nos preocupamos com o problema da produção historiográfica, mas não esquecemos o caráter político, uma vez que se questiona a divulgação de um saber com função social explícita, ou seja, uma representação do passado que visa legitimar uma disputa de grupos sociais pelo poder. Identificamos mais um momento significativo para este estudo, pois aqui

a história esteve em disputa, e, como tal, foi vigiada durante o IV Centenário, pois estava em jogo não apenas uma representação do passado com o qual se pretendia modelar o presente, mas também a imagem que a sociedade paraibana (ou, mais precisamente setores dela) pretendia dar a si mesma. (CANDEIA, 2002, p. 15)

Diante do IV Centenário, como dito antes, tivemos um grande momento da produção historiográfica, notadamente àquelas que visavam atingir professores e alunos das escolas de 1º e 2º graus: o *Atlas Geográfico da Paraíba, a História da Paraíba em quadrinhos e a Cartilha Paraíba 400 anos: aspectos geo-históricos e folclóricos*. Nessas obras temos a participação do governo e da UFPB.

O uso desses recursos didáticos, utilizados particularmente nas escolas, tem o objetivo claro de estabilizar um discurso. Nesse sentido, lembremos que “os recursos didáticos são, dessa maneira, organizadores da memória...”. E foi com esses objetivos que foram usados filmes, livros, discos e atividades teatrais, durante as comemorações dos 400 Anos da Paraíba (CANDEIA, 2002, p. 37).

O âmago da questão é o debate sobre os “percursos” da produção de memórias. A Memória produz a História, assim como a Deusa Mnemosine produz a musa Clio. Clio é



filha de Mnemosine, criando uma ligação estreita entre História e Memória, da mesma maneira a produção historiográfica é um segmento da Memória Coletiva. Apesar das proximidades, há distanciamentos:

a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz (MENESES, 1992, p. 22).

A historiografia paraibana ainda tem outro desafio a ser enfrentado diante do IV Centenário. Segundo Candeia (2002, p. 46), a Paraíba na altura possuía 53% da população adulta analfabeta, além de aproximadamente 211 mil crianças em idade escolar fora dos estabelecimentos de ensino, ou seja, os meios formais de propagação do saber, os livros, provavelmente não iriam surtir efeito, eram necessários outros mecanismos para abranger a população como um todo. Daí a produção de obras cinematográficas, quadrinhos, músicas, monumentos, etc. Toda esta construção de símbolos em torno dos quatrocentos anos da Paraíba vinha neste sentido, tornar possível a assimilação desta memória para toda a população, independente de grau de instrução, coisa que a produção historiográfica clássica era incapaz de fazer.

Todo o conjunto de ações das comemorações do IV Centenário é um discurso, afinal toda ação é uma ação política. Comemorações deste viés visam promover uma identificação da sociedade, criando todo um aparato que perpassa a “reescrita” da História. Em razão disso, Candeia (2002, p. 49) aponta que

o tipo de história produzida pela Comissão do IV Centenário (sejam obras inéditas ou reeditadas), manteve a característica de fazer apologia aos grandes homens, alguns elevados à categoria de heróis, sugerindo, assim, uma concepção de história que prima pela valorização excessiva do papel dos indivíduos no processo histórico.

A Comissão e, conseqüentemente, o IV Centenário da Paraíba, de modo geral, parece ter apenas seguido o mesmo percurso do Instituto Histórico Geográfico Paraibano que, como objetivamos sistematizar, era o principal responsável pela produção do conhecimento histórico na Paraíba. A Comissão teria reivindicado para si um pluralismo, uma publicação com autores diversos que garantiria orientações diferentes, mas ainda que contasse com a participação de vários autores. Continua mantendo a mesma orientação metodológica e a mesma concepção de conhecimento. Podemos verificar isso em *Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo*, tabloide organizado por José Octávio de

Arruda Mello e Gonzaga Rodrigues, que foi reeditado em 1993 em forma de livro com novo título: *Paraíba, Conquista, Patrimônio e Povo (Historiografia e História para Vestibular)* e *Capítulos de História da Paraíba*, obra também coordenada por José Octávio de Arruda Mello.

Candeia (2002) acreditava, há dez anos, durante sua pesquisa, que até aquele presente momento a historiografia paraibana, salvo exceções, era marcada por produções que continuavam a valorizar os “grandes homens” e “grandes momentos”, sendo responsável por uma escrita da História que consolida uma determinada memória coletiva. Ainda neste trabalho o autor adentra um debate que nos é muito pertinente: o tratamento dado pela historiografia paraibana tradicional ao ex-presidente João Pessoa. Nessas produções João Pessoa foi um progressista e o movimento de 1930 transformador da ordem política e regenerador de costumes. Para contrapor o discurso tradicional, podemos fazer uso de Edgar Carone. Em *Objetividade Histórica em torno de um fenômeno apologético*, Carone confirma o tratamento laudatório dado a João Pessoa. Não podemos deixar de citar também a construção oficial de 1930, notadamente a visão do jornal estatal A União, que foi aceita e repetida pela já mencionada historiografia tradicional. Importante trazer presente que as produções historiográficas, no que diz respeito aos seus lugares de enunciação, e o Jornal A União estão diretamente ligados ao Estado.

No IV Centenário foi extremamente forte a produção através das narrativas históricas. Aqui é importante nos remetermos a como o discurso é reutilizado dentro das conveniências que lhes são pertinentes. A produção do IV Centenário vai ao encontro dos valores dos segmentos sociais dominantes, de certo tipo de historiografia que segue o modelo do IHGP. Mais do que isso, da mesma maneira que os autores do Instituto Histórico assim estão também os autores do IV Centenário, fazendo parte e/ou atuando em instâncias burocráticas do governo, muitas vezes usufruindo do Estado.

É importante ressaltar que, no conjunto desta discussão sobre memória, o IV Centenário da Paraíba exerce, com o passado e com o conjunto da historiografia paraibana tradicional, uma relação muito particular. Não rompe com o passado, antes pelo contrário, parte em busca de seus mais importantes momentos, servindo-se das narrativas disponíveis. Neste particular, a história é convidada a desfilarem num carro alegórico de destaque, figurando, assim, entre as mais significativas alegorias como parte integrante da memória coletiva, onde desfilam os mitos, os grandes momentos, enfim, o que deve ser lembrado e cultuado pelo conjunto da população. Claro que a história que aí desfila é marcada por esquecimentos e silêncios, uma vez que está sendo agora, mais do que nunca, vigiada, especialmente por uma Comissão responsável pelos festejos dos quatrocentos anos da Paraíba (CANDEIA, 2002, p. 58).

Se o nosso objetivo aqui é compreender a representação do passado a partir do IV Centenário, devemos direcionar o olhar para suas produções. Além das já citadas, ainda temos: *Uma Cidade de Quatro Séculos – Evolução e Roteiro*, coletânea organizada por Arruda Mello e Wellington Aguiar; *Parahyba 400 Anos*, coletânea organizada por Francisco Pontes da Silva e Fátima Araújo; *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30*, obra coordenada por Marcondes Gadelha; *Viagem Através da Província da Paraíba*, de Wilson Nóbrega Seixas; *Paraíba: Imprensa e Vida*, de Fátima Araújo; *Felipéia, Frederica, Paraíba*, de Aécio Aquino; *História da Paraíba*, de Carmem Coelho de Miranda Freire, *História da Conquista da Paraíba – SUMMÁRIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba*, obra atribuída a Simão Travassos e *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*, do Cônego Antônio Florentino Barbosa.

Todas essas obras pretendiam permanecer mediante sua incorporação na educação do Estado, nas escolas, para que houvesse uma continuidade. Assim, explica-se o empenho da comissão organizadora em produzir obras inéditas, reeditar outras e propagá-las. Obras que deveriam auxiliar professores em suas aulas de História, tornando-se referência para a sociedade.<sup>1</sup>

O que não nos deixa dúvida é que tais produções foram lançadas em um momento específico onde se pretendia estimular a sociedade a olhar seu passado e, mais que isto, orgulhar-se dele, consolidando ideias que cultuavam um passado e o ratificava no presente dentro dos interesses de setores sociais hegemônicos.

Há ainda inúmeras revistas que foram lançadas durante o evento: Revista Ciência Histórica do Departamento de História do Campus I/Comissão do IV Centenário; Revista Planejamento – da SEPLAN, número 2, coordenada por Naná Garcez e dedicada ao IV Centenário da Paraíba; Revista SPAÇO, de Natal; Revista Bradesco, do Bradesco; Revista da Sociedade Médico-Brasileira; Revista do Fisco; O Sol; Boletins da Sociedade Filatélica e Numismática de João Pessoa; Boletim da 301ª Reunião da Sudene; Boletim numero 6, do Departamento de Geografia da UFPB; Revista Grão do Campus II, também da UFPB e Revista da FUNSAT.

Para termos uma real dimensão da produção, segundo o levantamento feito por Candeia (2002, p. 69), tivemos o lançamento de aproximadamente 60 obras.

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre a produção do IV Centenário da Paraíba, verificar a análise promovida por Luciano Candeia em *Comemoração, Memória e História no IV Centenário da Paraíba* já citada neste trabalho, notadamente a terceira parte de seu trabalho.

Aqui deveremos discutir a natureza do conhecimento histórico produzido por historiadores, sobre seus escritos, métodos, interpretações e a sua relação com a memória coletiva. A produção do IV Centenário se constituiu em um discurso legitimador, com mitificação de sujeitos históricos e a consolidação de fatos, contribuindo para a construção, (re)organização e (re)afirmação de uma memória. Nas palavras de Candeia (2002, p. 104),

constatamos uma ratificação de um discurso historiográfico portador de verdades “inquestionáveis”. As obras que foram escolhidas como dignas de serem publicadas ou republicadas, estão em plena consonância com um modelo de história predominantemente factual, personalista e elitista.

A produção, antes de oferecer uma revisão crítica, como alegou a comissão organizadora, sacralizou um passado e apresentou a comemoração como afirmação deste. No IV Centenário, enquanto a população teria sido envolvida pelos festejos, a direção teria ficado sob controle dos intelectuais, neste caso os historiadores, tradicionais controladores das razões históricas, soberanos em suas palavras e em seus lugares de fala.

Para Candeia (2002), no IV Centenário a História e a historiografia aparecem sem conflitos, apenas desempenhando sua função que era de criar uma identificação do povo paraibano com seu passado. Esta função é importante não só por este motivo, mas também porque foi capaz de manter, no presente, um passado que deveria ser cultuado, ou seja, ao decidir sobre a natureza das publicações por obras de autores conhecidos pela historiografia paraibana, se afirma assim, um passado no presente para se perpetuar no futuro.

Finalmente chegamos ao ponto mais recente: o Movimento Paraíba Capital Parahyba e seus desdobramentos em mais um momento de disputas. Em novembro de 2007, o então vereador Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, mais conhecido como Fuba, estava à frente das ações e atividades do Movimento Paraíba Capital Parahyba (MPCP), com a realização de várias reuniões e formação de grupos de discussões. O objetivo do movimento era convocar a população a um plebiscito para decidir se, não só o nome da cidade, como também alguns de seus símbolos, como a bandeira estadual deveria ser mudado.

O MPCP alegava que a homenagem ao presidente do Estado da Paraíba na época foi feita num momento de comoção social, e que não existe um consenso a respeito da memória de João Pessoa para que ele merecesse tantos méritos. O movimento pretendia trazer de volta o nome antigo da capital: Parahyba, e também a antiga bandeira pré-1930.

Integraram o MPCP historiadores, geógrafos, artistas plásticos, músicos, escritores, jornalistas, estudantes e educadores. Nas palavras do próprio Fuba:

A proposta central do Movimento é de que haja oportunidades para que a população da Capital paraibana tenha acesso à sua verdadeira história, recuperando, dessa forma, a sua identidade e conseqüentemente sua auto-estima.<sup>2</sup>

Acreditamos ter aqui um problema bem delineado. Entendemos, de fato, que esta é uma reflexão muito séria, porque nos lembra o quanto há de político, no sentido de confronto de visões e projetos sociais diferentes, no ato de nomear ruas, praças e, principalmente, cidades. Independentemente da escolha do nome, é sempre algo cercado de significados, porque tem relação com a memória coletiva de uma sociedade, aquilo que um povo pretende valorizar e perpetuar de seu passado. Renomear é uma escolha que está intimamente ligada ao momento presente, a outras funções a qual desejamos problematizar, pois ter o controle sobre o espaço, o direito de nomeá-lo, é também um exercício e uma forma de conquistar poder.

Em fevereiro de 2008, o MPCP ampliou sua ação, com o lançamento do “Coletivo Cultural Anayde Beiriz”, rememorando outra personagem histórica da Revolução de 1930 que teria feito parte dos vencidos. Este coletivo congregou artistas, escritores e poetas. Em Setembro do mesmo ano, Fuba lança seu livro: *Parahyba 1930: a Verdade Omitida*. Nessa obra o autor procura, em sua concepção, desmistificar os muitos “equivocos” em torno de 1930, e a necessidade da sociedade em buscar sua identidade e restaurar/resgatar seus símbolos verdadeiros. É importante observar que a perspectiva do autor é oposta a tudo aquilo que viemos apresentando. A concepção desta obra é por nós entendida como ideológica.

Assim, nas palavras de Langaro (2009, p. 43),

pode-se entender esses movimentos como construções de noções hegemônicas de lugar, criadas por diferentes sujeitos, com o objetivo de instituir um referencial espacial. Esses podem ser processos que não se dão em uma via única, mas dentro de um campo de tensão que envolve as relações sociais vividas por sujeitos e grupos sociais.

Esse momento identificado traz à tona histórias, memórias e disputas,

como realidade social criada e continuamente realimentada, tendo a memória como grande elemento que lhe confere materialidade, visibilidade e sustentação. Uma memória que não se constrói como “ideologia”, mas como campo de disputas que tem como terreno comum as relações sociais e as tensões e conflitos que se travam entre diferentes sujeitos (LANGARO, 2009, p. 46).

<sup>2</sup> Mais informações podem ser encontradas em <[http://www.cmjp.pb.gov.br/Noticia/1001\\_movimento-pela-mudanca-do-nome-da-capital-sera-intensificado-em-fevereiro](http://www.cmjp.pb.gov.br/Noticia/1001_movimento-pela-mudanca-do-nome-da-capital-sera-intensificado-em-fevereiro)>. Acesso em: 01 jun. 2010.

O livro suscita promover reflexões por parte do leitor e da historiografia oficial, fazendo-se mostrar o outro lado da Revolução de 30. Para o autor, nossa bandeira tem as cores do casuísmo, de uma comoção, de luto e tristeza que já perdura exageradamente. Aqui urge a busca por uma revisão histórica, aonde este livro vem no pretense objetivo de informar ao leigo, esclarecer os que têm dúvida e retomar a “verdadeira” História. Há uma necessidade clara de resgatar, restaurar, de fazer reparos em uma História que cometeu enganos, de abrir os olhos um povo que foi enganado e manipulado por um pequeno grupo que se mantinha no poder.

Partimos do pressuposto de que a História é constantemente reescrita, porque as mudanças dos homens e das sociedades no tempo trazem novas problemáticas e exigem investigações novas para se identificar as rupturas e as permanências. Assim, Fuba faz uma nova construção da representação do evento, tenta uma (des)construção e uma (re)significação da memória. Concordamos que devemos desconstruir a identidade pessoense, pois é necessário desmontar esta memória para entendê-la. Entretanto não interessa a “*Verdade Omitida*”, não interessa saber qual é a verdade, o que interessa é entender as operações de memórias que buscam uma intencionalidade para o futuro, um objetivo que se dá na continuidade. Nesse contexto, Tedesco (2002, p. 9), nos chama atenção para que

Lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, por que não dizer, intencionalizadas; com representações sociais reificadas e/ou pouco explicadas em termos de origem e objetivo; com camadas múltiplas de tempos e de espaços que se alimentam ou não de valores e significados culturais, manifestos nas condições objetivas de existência no passado, na atualidade e com intenções projetivas.

## REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CANDEIA, Luciano. **Comemoração, memória e história no IV centenário da Paraíba.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CARONE, Edgar. Objetividade histórica em torno de um fenômeno apologético. **Revista Horizonte**, ano 3, n. 8, 1978.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção Local-1905-1930.** João Pessoa: Almeida Gráfica, 1996.

FERRO, Marc. **A história vigiada.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, n. 1, p. 5, 1988.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. **Revista Percorso-NEMO**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 23-48, 2009,

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, 1992.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico.** São Cristóvão: UFS, 2010.

RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A verdade omitida.** João Pessoa: Sal da Terra, 2008.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de memórias.** Passo Fundo: UPF, 2002.